**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:**

**UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

TEODORO, Walter Luiz Câmara[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O presente relato de experiência tem como objetivo mostrar através da vivencia no Estágio Supervisionado do curso de Educação Física do UNIFACEX o processo de inclusão escolar. Para tanto, foi tomado como base uma escola pública localizada na zona sul de Natal/RN que apesar de suas limitações estruturais, não tem medido esforços para acolher este projeto. Para tanto este relato teve como principal objetivo o de observar de que forma os professores de educação física estão se organizando para inserir o aluno com deficiência no contesto escolar levando em conta a falta de recursos e de infraestrutura. Neste sentido, os apontamentos realizados pelos estagiários deste relato de experiência buscam cooperar com a escola para que os envolvidos nesse processo busquem recursos para que efetivamente a inclusão seja inserida efetivamente proporcionando condições para uma educação de qualidade para todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relato de experiência. Estágio supervisionado. Educação inclusiva.

***ABSTRACT***

*His experience report aims to show through experiences in the Supervised Internship Course of Physical Education of UNIFACEX the process of school inclusion. Thus, it was taken as a basis a public school located in the south of Natal / RN that despite its structural limitations, has spared no effort to welcome this project. For both this story had as main objective to observe how the physical education teachers are organizing to enter the disabled student in the school contest considering the lack of resources and infrastructure. In this sense , the notes made by the trainees of this experience report seek to cooperate with the school so that those involved in this process seek resources to effectively inclusion is effectively inserted providing conditions for quality education for all.*

***KEYWORDS:*** *Experience report. Supervised internship. Inclusive education.*

**1 INTRODUÇÃO**

O número de crianças com algum tipo de deficiência na rede regular  
de ensino do país cresce a cada ano. Este crescimento é resultado da mobilização de toda a sociedade brasileira. A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e deixa claro que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Neste contexto, as pessoas com deficiência ganharam espaço na sociedade quebrando paradigmas conceituais que por ventura os impediam de ter acesso ao âmbito escolar, participando ativamente da sociedade cumprindo com seu dever como cidadão ativo e participativo dentro da sociedade.

Inclusão é integrar a educação para todos, sem separação de categorias de aprendizagem, ou seja, um regime escolar único, capaz de atender a todos os cidadãos, independentemente de sua condição. Desta forma os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. MEC/SEESP (2008).

O exercício da cidadania e igualdade para todos, engloba um processo educacional e social em que as questões das mudanças tornam-se imprescindíveis para que as escolas se tornem centros de conexão total dos indivíduos. Sendo necessárias não só mudanças de infraestrutura, mas também da reformulação de todos os aspectos que envolvem a escola, pois colocar um aluno deficiente junto com os demais, sem oferecer um mínimo de condições para que ele desenvolva suas atividades, não é inclusão.

Torna-se importante frisar que todos devem estar engajados nesta luta para que aconteça o processo de inclusão. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançam o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (BRASIL, 2008). Sabe-se que as mudanças muitas vezes são difíceis, mas devem acontecer. E muitas vezes vão além da boa vontade das pessoas que fazem parte do processo, pois dependem de que a escola ofereça condições mínimas e necessárias que o aluno com algum de deficiência se sinta inserido no contexto das aulas.

Atender as diferenças foi o que vem garantir o Decreto nº 3.956/2001 reafirmando que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Desta forma, vem garantir a inclusão das crianças com deficiência na mesma forma de ensino em que as demais crianças estão inseridas. Garantindo assim o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Assim, este Decreto tem importante repercussão na educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. BRASIL (2001).

Na perspectiva de saber como fazer a inclusão escolar nas escolas regulares, é que iremos trabalhar neste relato de experiência, pois durante nossa vivência enquanto estagiários percebemos que ainda há um grande distanciamento entre o que trata as leis normativas para a educação inclusiva e o que efetivamente encontramos no dia a dia.

Desta forma foi durante nosso processo de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física no UNIFACEX, em escolas públicas da cidade de Natal/RN que podemos observar a maneira com que está sendo oferta a inclusão aos alunos nestes locais. Podemos perceber que os ambientes carecem de estruturas básicas até mesmo para ofertar atividades tais como, ausência de quadra, ginásio e outro espaço apropriado para a prática das aulas de educação física. Além disso, muitas das vezes observamos a carência de materiais essenciais tais como bolas, redes, brinquedos e demais equipamentos para a prática das aulas.

Diante dessas observações durante nosso período de estágio I e II surgiu o seguinte questionamento: De que forma as escolas públicas estão se organizando para receber a inclusão e como está se dando tal fato por parte dos professores de educação física? Tendo em vista que esta temática está sendo bastante discutida nos dias atuais e que ainda carece de uma melhor conscientização por parte dos gestores das Secretarias de Educação, dos Gestores das Escolas bem como por parte dos próprios professores, este relato de experiência tem como principal objetivo observar de que forma os professores de educação física estão se organizando para inserir o aluno com deficiência no contesto escolarlevando em conta a falta de recursos e de infraestrutura. E como objetivos específicos os de identificar as ações do gestor da escola, diante da sua realidade, para inserir os alunos com deficiência e de perceber como os demais alunos absorvem a inclusão nas aulas.

Para elaborar este relato de experiência tomamos como base a Escola Estadual Ferreira Itajubá, objeto de estágio supervisionado obrigatório II, situada na zona sul de Natal/RN. Onde podemos perceber que o processo de inclusão ainda se encontra em estado bastante elementar dado ao fato da falta de condições estruturais da escola, bem como da falta de materiais e equipamentos para que efetivamente o professor pudesse desenvolver as aulas de Educação Física voltadas para este conceito. Fato este que nos chamou a atenção para a temática e nos fez participar mais ativamente, enquanto futuros educadores físicos, na elaboração de atividades que buscassem alternativas para trabalhar com os alunos de maneira igualitária.

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo a UNESCO (1994), a origem do conceito de Escola Inclusiva deu-se em decorrência de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, inclusive aquelas com desvantagens severas. As crianças devem aprender juntas. Tal consenso concebe as diferenças como condição humana ao passo que tenta adequar a aprendizagem às necessidades da criança em respeito a sua dignidade.

Com este conceito de Escola Inclusiva, as políticas educacionais ensejam novas práticas de ensino com o propósito de atendê-la em suas especificidades, garantindo o direito a educação para todos. Assim sendo, vem entender um novo conceito de diferença e multiplicidade.

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, os múltiplos são sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma maquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, porífera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico" (SILVA, 2000, p.100-101)

A diversidade na escola gera a criação de grupos idênticos que acabam sendo formadas por alunos com as mesmas especificidades, mesmas características, ressaltando que ao nos direcionarmos a escola comum inclusiva como modelo aberto a diversidade, admitimos extinguir com a inclusão escolar, eliminando possibilidades dos grupos de alunos com características semelhantes agrupar-se única e exclusivamente entre si, valorizando a diferença e enfatizando que as diversidades podem ser um modelo inclusivo significante.

**3 ESCOLA INCLUSIVA**

Os caminhos percorridos pela educação brasileira para consolidar o projeto inclusivo tem esbarrado em barreiras conceituais no que diz respeito ao ato de inclusão, que dificultam a reorganização pedagógica das escolas para atender as exigências que as diferenças lhe impõem.Porém, com a proposta de reavaliar o bem estar da pessoa com deficiência na sociedade e de facilitar o processo inclusivo.

Segundo Jerusalinsky e Páez (2001, p.35): “São poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão”. Isto reforça que ainda temos muito que avançar para que efetivamente se perceba a inclusão em todo o seu contexto.

No entanto, a educação das crianças com deficiência ainda é um problema, como é também o da educação das classes populares, a educação rural, a das crianças em situação de rua, a dos reeducados, dos indígenas, dos analfabetos etc. Em todos esses grupos há uma especificidade que os diferencia, mas há também um fator comum que os torna semelhantes: trata-se daqueles grupos que, com certa displicência, são tidos como minorias; minorias estas que sofrem de um processo semelhante de exclusão da educação, pois se encontram a margem da sociedade e isso requer construções na definição de políticas publicas que visem alterar organizações frente aos sistemas paralelos do ensino comum e especial. Sanchez salienta que:

Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de sepensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos." (SANCHEZ, 2005, p.12).

O enfoque da escola inclusiva é conceber um espaço no qual os alunos a partir da interação com o professor construam o conhecimento de acordo com suas capacidades, expressando suas ideias livremente e participando ativamente das tarefas de ensino, se desenvolvendo como cidadãos, nas suas especificidades e nas suas diferenças.

Neste contexto a escola comum pode ser considerada inclusiva quando reconhece e respeita as diferenças dos alunos mediante seu processo educativo, buscando a participação e o avanço de todos adotando novas práticas pedagógicas. É sabido que as práticas pedagógicas vão além das escolas e das salas de aula. Porém para termos uma escola comum inclusiva, saber os direitos e reivindicá-los torna-se a ferramenta crucial para tal mudança educacional.

Para que essa escola seja concretizada, é imprescindível a redefinição e a aplicação de novas alternativas e praticas pedagógicas compatíveis com a inclusão. [...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. LDB Lei nº 9394/96 artigo 14.

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos da lei 9.394/96 a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com Necessidades Educativas Especiais.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 a LDB:

"1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições especificas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular 3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como inicio na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil." (Cap. V, art.58).

Portanto não basta apenas inserir um aluno com deficiência é preciso que haja diversidade nos sistemas escolares e mudança na busca desse atendimento para que realmente seja atingido o objetivo proposto na LDB.

**4 METODOLOGIA**

Para elaborar este relato de experiência tomamos como base a Escola Estadual Ferreira Itajubá, durante o semestre de 2015.1, no Estágio Supervisionado II, que está situada na zona sul de Natal, Rua Roraima, S/N, no Bairro Neópolis na cidade de Natal/RN. Possui um total de 329 alunos nos dois turnos, matutino e vespertino. A escola vem atender a população de seu entorno formada por pessoas de baixo poder aquisitivo, com ausência de infraestrutura e precariedade dos serviços públicos oferecidos. População esta com baixo nível de instrução e pouco acesso a cultura. Foi fundada através do Decreto de criação nº 5.5587/71 de 19/08/1971 tendo como entidade mantenedora a SEEC/RN (Secretaria do Estado da Educação e da Cultura – RN)

Atualmente a escola possui uma infraestrutura com 06 (seis) salas de aulas amplas. Possui ainda, área coberta para o intervalo dos alunos e para a prática das aulas de Educação Física, pois a escola não dispõe de uma quadra para esta atividade, área esta que se destina a realização de eventos. Há ainda uma área que não está sendo utilizada disponível dentro dos limites da escola para ser construída a quadra de esportes (projeto a ser executado pela SEEC/RN) com proposta de finalização para 2016.1.

A escola oferece duas modalidades de ensino: o Ensino Fundamental nos anos finais (6º ao 9º), e Ensino Médio. Oferece também o programa Mais Educação – instituído pela portaria interministerial nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O programa atende os alunos no contra turno, oferecendo as modalidades de acompanhamento pedagógico (Letrando a Matemática) e na área de Esportes, Cultura e Artes (Futsal, Karatê, Banda Fanfarra e Recreação).

**5 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS**

Durante o estágio supervisionado II acompanhamos e desenvolvemos atividades inclusivas para 01 aluno com deficiência de motora. Esse aluno cadeirante temdoze anos de idade e é integrante do sétimo ano doensino fundamental.

Ao iniciarmos o período do estágio procuramos, no primeiro momento,observarcom propósito de verificar como o professor estava conduzindo o processo de inclusão. Neste momento foi relevante procuramos nos aproximar mais tanto do aluno deficiente quanto dos demais alunos da turma já que para nós era também algo totalmente novo. Assim, procuramos entender um pouco mais deste contexto das limitações nas aulas de educação física conversando com o professor da disciplina, com os pais do aluno, com os demais alunos de sua turma, bem como com a Coordenação pedagógica da escola, já que estes estavam assistindo o aluno deficiente pelo segundo ano.

No segundo momento, foi a hora de participarmos das aulas de semi-regência, acreditando que aqui foi o ponto relevante para a completa socialização entre estagiários e alunos. Podemos perceber então, como era grande o esforço por parte do professor para superar as dificuldades de falta de estrutura e de equipamentos necessários para propiciar a condução das aulas. Além disso, percebíamos também a interação da turma com o aluno cadeirante em fazer com que ele fosse conduzido nas atividades com a ajuda dos demais. Vale salientar que para a clareza das informações realizadas nesses dois primeiros passos, o de observação e de acompanhamento das aulas de semi-regência, nos valemos de um formulário elaborado por nós a fim de atendermos aos objetivos propostos a esse trabalho.

No terceiro momento, foi quando colocamos em prática um pouco do que aprendemos em sala de aula na elaboração de planos de aulas onde se pudesse contemplar a educação inclusiva sem fazer com que o aluno se sentisse obrigado a realizar as atividades, mesmo que isso tenha sido bastante difícil já que tivemos que adaptar algumas atividades, levando em consideração a falta de estrutura física da escola, que não dispunha de um local, quadra, apropriada para a realização dasatividades de Educação Física, pois essas eram realizadas no pátio da escola.

Por fim, aplicamos as atividades programadas nos planos de aula, a fim de percebermos como o aluno cadeirante iria se comportar durante o desenvolvimento das nossas aulas, bem como os demais alunos. Ou seja, esta foi a fase em que pudemos testar nossa capacidade de aplicar atividades que favorecessem a inclusão.

**6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para entendermos o processo de que forma está acontecendo o processo de inclusão escolar na escola Ferreira Itajubá, procuramos relacionar a prática diária do professor de Educação Física com as ações estabelecidas em seu plano de trabalho através de seus planos de aula que nos eram apresentados em cada inicio de aula. Desta forma, em algumas aulas vimos que este acabava por, de certa forma excluir a inclusão uma vez o mesmo aplicava o mesmo plano para todas as turmas da escola.

Este fato podemos constatar primeiramente através das observações iniciais, e posteriormente através da participação nas aulas de semi-regência onde tivemos uma participação mais efetiva tendo acesso direto ao plano de aula do professor. Quando questionamos ao professor sobre o trabalho executado através de um único plano de aula para todas as turmas o mesmo salientou não haver necessidade da elaboração de novos planos, conforme a própria fala do professor: “na hora eu faço as adaptações de acordo com a necessidade”, e “não tem necessidade não, tenho bastante experiência pra fazer isso toda hora.” Foi assim que nos relatou o professor de Educação Física da Escola Estadual Ferreira Itajubá.

No entanto, em busca de atender ao principal objetivo que é de identificar como o professor estava trabalhando com a inclusão de acordo com sua realidade desenhamos a seguir o quadro de respostas das questões trabalhadas em um Formulário de Observação de Aula aplicado durante o período de estágio na escola para dez (10) aulas de observação e vinte e duas (22) aulas de semi-regência.

**Gráfico 01:** O professor nos apresentou seu plano de aula?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Nesta questão, ficou bastante claro o que já havíamos destacado anteriormente com relação a elaboração/apresentação dos planos de aula para que nós pudéssemos acompanhar o trabalho do professor. Desta forma, foram apontados de forma negativa esta questão onde em quatro das dez aulas de observação podemos fazer esse acompanhamento e em apenas oito das vinte e duas das de semi-regência.

Desta forma podemos descrever uma falta de preparo por parte do professor, pois o mesmo não se preocupa com a inclusão, não estabelecendo de maneira diferenciada em seu plano aula. Muito menos coloca de que forma irá trabalhar com esse aluno nem como irá fazer com que os demais alunos consigam enxergar de forma natural essa inclusão. O que podemos perceber foram ações isoladas, como por exemplo, em determinado momento ao aluno cadeirante era determinando que ficasse como bandeirinha do lado de fora assinalando as faltas num jogo de futebol.

**Gráfico 02:** O professor apresentou para a turma os objetivos daquela aula

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Nesta questão conseguimos ver a fragilidade do professor em orientar suas aulas de maneira clara, com objetivos estabelecidos previamente para que os alunos tivessem os esclarecimentos necessários e saberem qual a finalidade daquela atividade desenvolvida em aula. A esse fato podemos relacionar a falta de planejamento das aulas pois em seis das dez aulas de observação eles não foram apresentados e em quinze das vinte e duas das de semi-regência também não foram.

**Gráfico 03:**O professor incentivou a participação efetiva de todos os alunos da turma?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Com relação a essa questão, em nossos apontamentos destacamos que oito vezes das dez aulas de observação e em quatorze vezes das vinte e duas das aulas de semi-regência, os alunos não foram incentivados a participar das aulas. O que podemos perceber que muitas das vezes os alunos só participavam porque gostavam do que iam fazer, como é o caso do jogo de futebol, onde todas as vezes a grande maioria da turma participava independe do sexo. Nas demais, os alunos eram deixados bastante a vontade para participar ou não de acordo com sua vontade, ficando em rodinhas de conversa ou até mesmo se envolvendo em outras atividades.

**Gráfico 04:**O professor propiciou a inclusão?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Neste contexto de inclusão, tão fortemente discutido nos dias atuais podemos perceber ainda uma certafalta de preparo por parte das pessoas irão trabalhar mais de perto com essa temática. Percebemos que sem dúvida ainda não estamos preparados, pois além da falta de estrutura e de equipamentos adequados, ainda temos que lidar com as questões relacionadas ao interesse em ver a inclusão como algo que venha agregar de forma muito positiva a participação dos alunos nas atividades. Apontamos de forma bastante negativa essa falta de interesse em propiciar a inclusão, foram oito das dez aulas e quinze das vinte e duas da semi-regência.

**Gráfico 05:**Os demais alunos da turma favoreceram a inclusão?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Ao contrário da questão anterior, aqui podemos perceber que há um interesse muito grande por parte dos alunos em ajudar o aluno deficiente. Todos demonstraram respeito e interesse em ajudar o cadeirante, sendo empurrando a cadeira no momento de um desafio, sendo passando a bola no jogo de queimada, todos estavam solícitos e queriam ver o deficiente junto com eles, participando de forma natural das atividades. Em momento algum destacamos alguma forma de exclusão a/ou até mesmo de preconceito por parte dos demais alunos. Apenas em uma aula de semi-regênciaé que evidenciamos negativamente essa prática, isto dado ao fato de que o aluno cadeirante não estava se sentindo bem e preferiu ficar excluído dos demais.

**Gráfico 06:**O aluno cadeirante aderiu às brincadeiras mostrando-se satisfeito e participativo?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Nesta questão podemos perceber que o aluno gosta de se sentir igual se esforçando ao máximo para estar inserido nas atividades diárias. Salientamos que os pontos negativos aqui assinalados foram em decorrência da própria dificuldade do professor em adaptar suas aulas para a inclusão. Desta forma ressaltamos uma vez mais a necessidade em planejar todas as atividades, listando o seu passo-a-passo com clareza.

**Gráfico 07:**O professor realizou a finalização da aula mostrando a todos a importância de valorizarmos a inclusão como um processo que deve acontecer de forma natural sem distinção dos limites das necessidades de cada um?

**Fonte**: Realização da pesquisa (2015.1)

Para fechar as questões elencadas no relatório e também como forma de acompanharmos o fazer diário do professor, podemos ressaltar mais uma vez a falta de planejamento das aulas. Isto já deixado claro no inicio dessas análises em que o professor comenta que tem experiência o suficiente para adaptar as atividades conforme a necessidade da turma. Desta forma pontuamos que nas aulas de observação houve um nivelamento nas partes conclusivas das aulas, porém nas aulas de semi-regência essa questão ficou bastante fragilizados com quatorze apontamentos negativos.

Após as colocações realizadas através do Relatório de Observação, passamos para a participação efetiva nas aulas de regência desta turma. Foram cinco aulas em que podemos colocar na prática o que aprendemos durante as disciplinas do curso. Evidentemente que todas as atividades tiveram a supervisão do professor, contudo sempre nos deixou muito a vontade na condução das aulas uma vez que já tínhamos tanto a confiança da turma, quanto do professor da disciplina bem como da coordenação pedagógica da escola.

Esta fase foi marcada por grandes expectativas, anseios, medos de errar e desafios, no entanto no decorrer do processo os anseios foram controlados, pois tivemos o apoio de toda a gestão da escola que nos deu liberdade para executarmos as aulas. Os planos elaborados foram algo muito rico e que deram certo, isso nos mostra a importância de um trabalho planejado previamente, já sabíamos o que fazer durante as aulas e se algo fugisse do planejamento proposto sabíamos como contornar a situação. Nesta parte de nosso estágio podemos vivenciar a experiência de elaborar atividades voltadas a inclusão o que nos propiciou a oportunidade em planejar e depois colocar em prática de forma bastante satisfatória.

No primeiro relato procuramos desenvolver uma atividade que já havíamos observado que era de total adesão da turma que foi uma brincadeira de jogo de futebol. Iniciamos a atividade com a parte da colocação dos objetivos da aula, deixando claro para todos que o objetivo das equipes não era a competição, mas sim a brincadeira e a prática de uma atividade saudável e que é muito popular por ser o esporte de preferência da maioria dos brasileiros. Em seguida discorremos sobre algumas regras básicas do jogo, por exemplo, a posição de impedimento de um jogador em campo e o tiro de meta.

Após os esclarecimentos iniciamos com um pequeno aquecimento fazendo com que os alunos dessem cinco voltas ao redor do pátio em ritmo de corrida leve. Neste momento, escolhemos três alunos de estatura mais desenvolvida da turma para ir conduzindo o cadeirante, revezando um em cada volta.

No momento principal da atividade, o jogo propriamente dito, realizamos a inclusão em dois momentos específicos, primeiro colocamos o cadeirante como goleiro de uma das equipes. Esta fase foi bastante satisfatória pois podemos perceber o envolvimento de toda a turma em querem ajudar, porém em nenhum momento os alunos ficaram receosos em chutar a bola no gol, pelo contrário, estavam bastante empolgados e desejavam ver como o goleiro iria se sair. A única preocupação que podemos pontuar foi com relação a altura da bola que deveria ser chutada em uma altura que tivesse ao alcance do goleiro, já que ele não podia saltar.

No segundo momento do jogo, colocamos o cadeirante como árbitro da partida, isso sem antes ter esclarecido aos alunos que iríamos distribuir essa atividade nessas fases e que era necessário para não cansar o aluno e para propiciar lhe novas experiências.

Após os quinze minutos de cada tempo fizemos o encerramento do jogo fazendo com que todos se sentassem ao centro do pátio. Neste momento solicitamos inicialmente ao aluno cadeirante que nos relatasse as suas dificuldades em executar a atividade e quais seriam sua sugestões para a próxima aula em que fossemos realizar. O aluno demonstrou sua total satisfação na aula, relatando que fora a primeira vez que efetivamente participou de uma atividade de igual por igual com os demais alunos. Pois havia participado de atividade que antes ninguém tinha deixado ele fazer, ser goleiro.

Os demais alunos da turma também demonstraram de forma bastante satisfatória a oportunidade que havíamos dado a todos. Todos estavam muito satisfeitos, querendo que na próxima aula a atividade se repetisse.

Desta forma, nos sentimos satisfeitos por ter realizado uma atividade inclusiva, onde afetivamente o aluno fora tratado de forma igualitária, sem distinção por ter limitações físicas e sem receio por parte dos demais alunos que viram no aluno cadeirante apenas mais um jogador tão normal como qualquer um deles.

Contudo, nessa primeira experiência tivemos um pequeno susto quando um dos jogadores chutou a bola em nosso goleiro cadeirante e este ao fazer a defesa acabou se desequilibrando e levou uma queda. Ao ajudá-lo a se levantar o mesmo nos colocou que estava bem e que até tinha gostado, pois um goleiro cai toda hora e nem por isso ele deixa de brincar. Isso serviu para que na próxima vez solicitássemos aos jogados para chutar a bola mais devagar e com mais cuidado.

Em nosso segundo relato de experiência como regentes de uma atividade inclusiva, planejamos uma aula de iniciação ao jogo de basquete. Ao reunirmos inicialmente a turma no centro do pátio e falamos um pouco sobre o jogo do basquete e a maneira de conduzir a bola, diferentemente do futebol, no basquete a bola é conduzida pelas mãos e seu objetivo principal é lançá-la na cesta. Vence a partida que fizer mais pontuação fazendo a bola passar dentro da cesta.

A partir de então fizemos o aquecimento colocando os alunos para pular corda de forma rotativa, propiciando a todos a oportunidade de participar. Neste momento a inclusão se deu quando deixamos o aluno cadeirante para girar a corda.

Em seguida, realizamos a parte principal da aula, a condução da bola e o seu arremesso na cesta. Nesta hora fizemos com que o cadeirante fosse incluído na atividade colocando um aluno para empurrar a cadeira a medida que este ia conduzindo a bola como um jogador normal.

Após os vinte minutos propostos para esta parte da aula, colocamos os alunos sentados em círculo e solicitamos aos alunos que relatassem a experiência vivenciada onde todos colocaram que haviam aprendido não só um novo jogo, mas também uma maneira diferente de jogar, pois eles foram se revezando na condução do cadeirante. Este por sua vez se mostrou muito satisfeito, pois havia vivenciado uma nova experiência principalmente a de estar com a turma o tempo todo. Já que antes, em algumas das vezes ele acabava por ficar de fora de algumas atividades devido a sua limitação motora.

Aqui vale destacar que também nós sofremos com a falta de estrutura na escola em dois fatores, o primeiro é que as atividades de Educação Física acontecem no pátio da escola e este estar com o piso bastante desgastado e com buraco, por isso tivemos que delimitar a área de acesso ao cadeirante em um pequeno espaço onde havia melhores condições para seu transitar. Outro ponto foi com relação a falta de equipamento onde tivemos que improvisar uma cesta de basquete feita com um balde sem fundo, amarrado a uma pilastra da escola.

**CONCLUSÃO**

Os caminhos percorridos para consolidar o projeto da educação inclusiva têm esbarrado em questões que estão relacionadas não só às deficiências estruturais das escolas públicas bem como a falta de preparo por parte dos professores que são os envolvidos no processo. São eles, os professores de educação física que irão tratar diretamente das questões relacionadas as atividades de inclusão.

Desta forma, relevante se faz refletir sobre a prática docente no sentido de garantir de fato a entrada, a permanência e o sucesso da pessoa com deficiência em seu processo de escolarização. Para atender às diferenças, atender às necessidades especiais, deve-se mudar o olhar da escola, pensando não a adaptação do aluno, mas a adaptação do contexto escolar aos alunos. Isso significa torná-lo múltiplo, rico de experiências e possibilidades, pronto para viver, conviver com o diferente, rompendo barreiras humanas e arquitetônicas, criando novos conceitos, dando novos sentidos, ressignificando a aprendizagem e, consequentemente, o desenvolvimento humano.

Para garantir que os sistemas de ensino matriculem todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. MEC/SEESP (2008) é necessário que se estabeleçam novos olhares voltados para reestruturação dos seus espaços, fornecimentos de materiais adequados, bem como da capacitação dos docentes que irão lidar diretamente com os casos de inclusão.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Educação inclusiva** : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; Organização: Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07/09/2014

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais:** subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001

JERUSALlSKY, A. & CANIZA DE PÁEZ, S.M. **Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento**. ln: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SILVA, T. T. da (Org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

**APÊNDICE - FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO DE AULA**

|  |
| --- |
| **FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO DE AULA**  Escola:  Professor:  Turma: Quantidade de aluno: Data: / /   1. O professor nos apresentou seu plano de aula?   ( ) Sim ( ) Não   1. O professor apresentou para turma os objetivos daquela aula?   ( ) Sim ( ) Não   1. O professor incentivou a participação efetiva de todos os alunos da turma? De quê forma?   ( ) Sim ( ) Não  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_   1. O professor propiciou a inclusão? De que forma?Quais recursos utilizou?   ( ) Sim ( ) Não  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_   1. Os demais alunos da turma favoreceram a inclusão?   ( ) Sim ( ) Não   1. O aluno cadeirante aderiu às brincadeiras mostrando-se satisfeito e participativo?   ( ) Sim ( ) Não   1. O professor realizou a finalização da aula mostrando a todos a importância de valorizarmos a inclusão como um processo que deve acontecer de forma natural sem distinção dos limites das necessidades de cada um?   ( ) Sim ( ) Não |

1. Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário FACEX do Estado do Rio Grande do Norte e Especialista em Educação Infantil/Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E-mail: [walter\_nedved@hotmail.com](mailto:walter_nedved@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-1)